

Tempo e história em *Torto arado*: uma leitura por meio das teses “Sobre o Conceito de História” de Walter Benjamin

Harion Custódio¹ 

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma interpretação Benjaminiana do romance *Torto arado*, escrito por Itamar Vieira Júnior em 2018, por meio das concepções de tempo e história do pensador alemão formuladas em suas teses “Sobre o Conceito de História” (2005). A narrativa de Itamar Vieira Júnior dramatiza a história do Brasil, especificamente o seu passado escravista, pela perspectiva dos vencidos, num movimento de reflexão histórica à contrapelo das narrativas oficiais e triunfantes. Em *Torto arado* (2018), as estruturas históricas e temporais relativas ao passado e ao presente coexistem e se justapõem, elemento de criação ficcional alinhado com as reflexões de Walter Benjamin. Assim, o romance estudado desestabiliza as noções tradicionais de sucessão do tempo e progresso histórico ao criar uma narrativa que se passa nos tempos atuais, mas que estabelece jogos com o nosso passado escravista, evidenciando a permanência de seus operadores de exploração e sua violência intrínseca.

Palavras-chave: História; Política; Escravidão; Narrativa; Filosofia

ABSTRACT

This article aims to operate a Benjaminian interpretation of the novel *Torto arado*, written by Itamar Vieira Júnior in 2018, through the conceptions of time and history of the German thinker formulated in his theses “On the Concept of History” (2005). Itamar Vieira Júnior’s narrative dramatizes the history of Brazil, specifically its slaveholding past, from the perspective of the vanquished, in a movement of historical reflection against the official and triumphant narratives. In *Torto arado* (2018), the historical and temporal structures related to the past and the present coexist and are juxtaposed, an element of fictional creation in line with the reflections of Walter Benjamin. Thus, the novel studied destabilizes the traditional notions of succession of time and historical progress by creating a narrative that takes place in current times, but that establishes links with our slaveholding past, evidencing the permanence of its operators of exploitation and its intrinsic violence.

Keywords: History; Policy; Slavery; Narrative; Philosophy

1 INTRODUÇÃO

Duas irmãs, ainda crianças, Bibiana e Belonísia, a primeira mais velha do que a segunda, inauguram, por meio de uma violação, a narrativa do romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior (2018). Atraídas por um objeto de fascinação, tido como imperscrutável, sacralizado por todos os integrantes da família, isto é, a mala de Donana – avó das personagens narradoras anteriormente citadas –, as pequenas crianças, ao abri-la sorrateiramente, em um momento de breve ausência da avó, desestabilizam uma ordem existencial e histórica:

Naquele dia, escutamos a voz de Donana se afastar no espaço do quintal, em meio ao cacarejo e aos cantos das aves. Era como se as rezas e sentenças que proferia, e que muitas vezes não faziam sentido para nós, estivessem sendo carregadas para longe, carregadas pelo sopro de nossas respirações ansiosas pela transgressão que estávamos prestes a cometer (Vieira Junior, 2018, p. 14).

O espaço interior e intocável da mala, que antes exigia distância, como se rodeado por uma áurea, foi invadido pela ação profana das meninas, e tal ato de violação, em um instante veloz, desagrega não só a estrutura física das personagens, como também a linha do tempo. Bibiana e Belonísia descobrem uma faca com cabo de marfim em meio as roupas velhas na mala de Donana. Instintivamente levam o objeto à boca causando um corte profundo na língua da primeira e decepando a da segunda. Um ato de violência, traumático, impulsiona, então, a narrativa da história, simbolizado pela faca, item que no enredo da narrativa coloca em contato, por meio da violência, o passado da avó Donana com o presente das crianças narradoras.

A faca, assim, é um elemento de mediação histórica, na narrativa, uma potência simbólica que permite com que a história seja contada. O passado se mostra investigável, com efeito, não a partir de uma massa documental, mas por meio de um objeto aparentemente sem valor. A faca, inicialmente, é a potência que liga violentamente

o passado de Donana com o tempo de agora de Bibiana e Belonísia. A partir de tal acontecimento, a narrativa se constrói ora pela primeira, ora pela segunda e por último por meio de uma entidade mágica. Mas a narrativa, que pressupõe uma organização temporal, é marcada pela coexistência entre passado e presente, assim como a faca simboliza a justaposição de um tempo de outrora a outro. Por conseguinte, tal efeito de justaposição histórica revela também a dramatização de um campo de força social e histórico marcado pelo conflito desigual entre classes diferentes.

A faca anuncia a catástrofe, tanto no nível individual quanto no coletivo. Por conseguinte, a narrativa entrelaça o trauma individual com a história coletiva, encenando catástrofes em curso e sem fim. Neste ponto, é possível realizar uma leitura Benjaminiana do romance *Torto arado*. E é esse exercício de interpretação que propomos no presente trabalho. Com base em uma compreensão da história e do tempo formulada por Walter Benjamin em suas teses “Sobre o Conceito de História” (2005), procuraremos investigar o modo como Itamar Vieira Junior, no referido livro, dramatiza uma visão “a contrapelo” da história, isto é, pela perspectiva dos vencidos e não dos vencedores.

As teses “Sobre o Conceito de História”, de Walter Benjamin, escritas em 1940 pouco antes de sua morte, são um conjunto textual hermético e de difícil definição, mas que estabelece uma leitura singular sobre a interpretação da história e do tempo, assim como pode ser usado como referência de uma nova práxis política e filosófica. Corroboramos com a afirmação de Michel Löwy quando constata que as teses “constituem um dos textos filosóficos e políticos mais importantes do século XX” (Löwy, 2005, p. 16), ainda atual e relevante para os dias de hoje. De difícil definição, tanto em relação ao gênero discursivo – a composição de Benjamin se situa em um espaço experimental, ensaístico e até mesmo literário – quanto em relação ao campo do conhecimento – o autor navega entre a filosofia, a crítica literária, a crítica cultural e a historiografia –, a obra do referido escritor não se permite ser circunscrita em um domínio epistemológico específico. Nesse sentido, Löwy nos adverte:

Não há, em Benjamin, um sistema filosófico: toda a sua reflexão toma a forma do ensaio ou do fragmento – quando não da citação pura e simples, em que as passagens tiradas de seu contexto são colocadas a serviço de seu próprio itinerário. Toda tentativa de sistematização desse ‘pensamento poético’ (Hannah Arendt) é, portanto, problemática e incerta. (Löwy, 2005, p. 17-18).

Ainda de acordo com o intérprete da obra de Benjamin:

A recepção de Benjamin, principalmente na França, estava voltada prioritariamente para a vertente estética de sua obra, com uma certa tendência a considerá-lo sobretudo um historiador da cultura. Ora, sem negligenciar esse aspecto de sua obra, é preciso reconhecer o alcance muito mais amplo de seu pensamento, que visa nada menos do que uma nova compreensão da história humana. Os escritos sobre arte e literatura podem ser compreendidos somente em relação a essa visão de conjunto que os ilumina a partir de dentro. Sua reflexão constitui um todo no qual arte, história, cultura, política, literatura e teologia são inseparáveis. (Löwy, 2005, p. 14).

A singularidade da obra de Benjamin, sobretudo as teses “Sobre o Conceito de História”, se caracteriza, a nosso ver, por dois modos interrelacionados: de um lado, estético e discursivo. O teórico procurou construir seu pensamento por meio do uso de imagens, fragmentos, alegorias e metáforas, flertando na forma de composição com a escrita ensaística, como bem ressaltou Katia Muricy: “o historiador-alegorista das ‘Teses’, trabalha com uma temporalidade intensiva, cujo modelo é o das obras de arte e das ideias. Ele irá quebrar a linearidade temporal, para obter os fragmentos com os quais irá construir imagens que se oferecerão, como alegorias, à interpretação”. (1999, p. 214). Tal técnica de criação textual, vale ressaltar, não é fortuita, mas está em íntima relação com sua proposta epistemológica e metodológica, como bem notou Muricy: “o princípio formal de apresentação das teses é também o seu princípio epistemológico”. (1999, p. 217). Ela ainda acrescenta:

Na sua disposição descontínua, no uso filosoficamente significativo da citação, que é também tematizada como procedimento revolucionário em relação ao passado, evidencia-se a novidade epistemológica que sustenta a concepção da história, em Benjamin. [...]. A descontinuidade do pensamento, o caráter monadológico das ideias, a tensão entre suas configurações estáticas e simultaneamente carregadas de temporalidade, a origem relacionada ao instante, a fragmentação da verdade, a importância do minúsculo, aparecem nas “Teses” relacionados ao processo de libertar o passado que Benjamin propõe como o do historiador marxista (1999, p. 217-218).

Por outro lado, Walter Benjamin foi um pensador dissidente devido tanto à sua proposta inovadora e ambígua de interpretar a modernidade quanto à sua apropriação de conceitos e vertentes filosóficas e teóricas contraditórias, como bem ressalta Löwy: “a filosofia da história de Benjamin se apoia em três fontes muito diferentes: o Romantismo alemão, o messianismo judaico, o marxismo. Não se trata de uma combinação ou “síntese” eclética dessas três perspectivas (aparentemente) incompatíveis, mas da invenção, a partir destas, de uma nova concepção, profundamente original”. (Löwy, 2005, p. 17).

Não é fortuito o avizinhamo do pensador com os estudos literários e a crítica artística. Benjamin se apropriou do *modus operandi* artístico, sobretudo dos procedimentos de montagem, tropologia alegórica e exposição imagética para compor suas teses, como já argumentado. Ademais, a prática artística é mais afeita ao recurso da ambiguidade e do paradoxo, propriedades importantes presentes no pensamento de Benjamin. Cabe ressaltar, nesse ponto, que nosso intuito não é discorrer de forma aprofundada sobre os paradigmas epistemológicos da obra de Benjamin. A nosso ver, as teses “Sobre o Conceito de História” não só são erigidas por meio de uma forma próxima do fazer artístico, como também são pertinentes para o próprio exercício da crítica literária. Não como ferramenta de análise, no sentido estrito do termo, mas como dispositivo de leitura.

Contudo, é necessário ressaltar, aqui, que o objeto de Benjamin nas “teses” não é a literatura, mas, grosso modo, uma crítica à concepção de progresso difundida tanto pela historiografia positivista e tradicional, orientada pelo ponto de vista triunfal dos vencedores, quanto pela camada política da social-democracia alemã e pelos setores do nazifascismo de início do século XX. Tal concepção leva a uma compreensão perigosa e ilusória do tempo como sucessivo, progressivo e linear. A história positivista, que enxerga o desenvolvimento do mundo pelo prisma do encadeamento sucessivo, que faz coro ao ritmo e pressupostos do progresso, em seu âmago reproduz uma visão de mundo baseada na repetição do mesmo, na continuação da catástrofe e na reificação do tempo. Importante destacar a caracterização do tempo do progresso por Katia Muricy de mítico: “as noções de progresso e objetividade são míticas; a história universal revela-se, para o alegorista, como *eterno retorno do mesmo*, em uma temporalidade vazia – é uma fantasmagoria da tradição dos vencedores. (1999, p. 213). É nesse sentido que Benjamin classifica a abordagem positivista e evolucionista como vazia e homogênea em sua tese de número XIII: “A representação de um progresso do gênero humano na história é inseparável da representação do avanço dessa história percorrendo um tempo homogêneo e vazio. A crítica à representação desse avanço tem de ser a base crítica da representação do progresso em geral”. (Benjamin, 2005, p. 116); e na tese XIV: “a história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo tempo-de-agora” (Benjamin, 2005, p. 119). E, também, essa é uma das razões que geram o pavor do Anjo da história de Benjamin, descrito na tese IX:

Existe um quadro de Klee intitulado “*Angelus Novus*”. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava o seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros sobre escombros e os arremessa a

seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade. (Benjamin, 2005, p. 89).

O anjo da história não confunde a acumulação de eventos como um percurso de melhora universal da humanidade: aquilo que é considerado como progresso é a catástrofe, o caminho evolutivo para o futuro gera destruição, ruínas e escombros. O caminho em direção ao futuro, de acordo com a lógica do progresso, implica na reiteração da destruição e da violência, o culto a uma temporalidade homogênea e não construtiva. Tal temporalidade positivista é afeita ao triunfalismo da classe dominante, que se erige sobre os destroços dos oprimidos. Assim, Benjamin funda sua concepção de história em contraposição (mas, paradoxalmente, se apropriando desta) à história conservadora e empática com os vencedores. Por isso, a prática dialética da história é concomitantemente destrutiva e construtiva. O ato de “explodir o contínuo da história” (Benjamin, 2005), expresso nas teses XIV, XV (“a consciência de fazer explodir o contínuo da história é própria das classes revolucionárias no instante de sua ação” (Benjamin, 2005, p. 164) e XVI, quando fala das forças do materialista histórico, é um procedimento que visa interromper a linearidade catastrófica da história, imobilizando a sucessão para que o passado, acessível somente como ruína, vestígio e fragmentos, como os cacos resultantes do ato violento de explosão, possa ser citável; o tempo, visto então não como presente, mas como tempo-de-agora, possa ser vislumbrado, de maneira fulgurante, nos acontecimentos de outrora.

Por isso a relevância do conceito de “tempo-de-agora” (Benjamin, 2005), o qual não aprofundaremos no espaço do presente texto, mas que diz respeito a uma temporalidade em que a sucessão foi estancada, imobilizada. Assim, Benjamin exige

da prática do materialista dialético: “o materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas no qual o tempo estanca e ficou imóvel (*Stillstand*)” (Benjamin, 2005, p. 128). A imobilização do tempo, paradoxalmente, é o que permite o surgimento da construção dinâmica e não linear da história, explodida em fragmentos. Com a interrupção da transição é que a história passa a ser dialetizada, isto é, passado e presente passam a estar em permanente relação tensionada, em que nenhuma das formas permaneça definitivamente acabada, mas são constantes objetos de construção. A esse respeito nos atemos a Muricy:

Objeto de construção, a história é a perspectiva da atualidade, fixada por uma urgência guerreira [...] a ‘*imobilização messiânica*’ é o corte do linear. Sua proposta de apropriar-se do passado aproxima-se do uso paródico ou burlesco da *Wirkliche Historie*: não há uma recuperação de identidades, mas construções de sentidos que se entrecruzam com as urgências do presente. Como a história genealógica, a história em Benjamin, na quebra do tempo homogêneo, faz emergir a diferença. (1999, p. 215).

É a crítica ao tempo homogêneo e idêntico a si do triunfalismo progressista, o principal alvo de Benjamin. Löwy acuradamente identifica no positivismo o ponto de oposição do pensamento do teórico: “o positivismo aparece assim, aos olhos de Benjamin, como o denominador comum das tendências que ele vai criticar: o historicismo conservador, o evolucionismo social-democrata, o marxismo vulgar. (Löwy, 2005, p. 33). A esse positivismo da abordagem do conhecimento histórico e político Benjamin opõe o materialismo histórico e o messianismo, pois esta prática epistemológica e política é capaz de gerar uma concepção dialética da história e do tempo, instrumento revolucionário do historiador marxista e materialista histórico.

Portanto, o pensador propõe, então, de maneira complexa, a substituição dessa compreensão do tempo e da história por uma visão dialética de tais elementos em que o passado e o presente não são meros encadeamentos sucessivos, mas estão

justapostos e inacabados. Tal abordagem seria mais afeita à prática revolucionária dos oprimidos, na qual a salvação do passado é o objetivo como forma de construção de um mundo utópico no qual o tempo está imobilizado por essa mesma prática. A esse respeito, a tese XII é emblemática: “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe oprimida, a classe combatente. Em Marx ela se apresenta como a última classe escravizada, a classe vingadora que, em nome de gerações de derrotados, leva a termo a obra de libertação”. (Benjamin, 2005, p. 108).

Ora, o romance *Torto arado* se encaixa em alguns pressupostos Benjaminianos descritos nas teses, isto é, uma leitura da obra com base nas teses “Sobre o Conceito de História” é pertinente. *Torto arado* dramatiza a justaposição de camadas da história do Brasil. No enredo do referido romance o passado coexiste com o presente, rasurando formas fixas de delimitação do tempo histórico de desenvolvimento da narrativa. Ademais, a encenação dos processos de luta envolvendo oprimidos e opressores: o escritor Itamar resgata as formas de existência e resistência de comunidades rurais atadas a processos de luta pelo direito à terra e exercício da cultura, em oposição ao julgo das forças oligárquicas e escravocratas.

Ficção romanesca, *Torto Arado* nasceu através do contato do autor com experiências reais envolvendo grupos quilombolas do interior da Bahia e praticantes do culto do Jarê, por meio de sua atuação como funcionário público no Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Formado em geografia e doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA, publicou o referido romance em 2018, lançamento que se tornou um sucesso de público e vendas e lhe rendeu três prêmios literários: os prêmios LeYa (2018), Oceanos (2020) e Jabuti (2020).

Torto arado se passa nas profundezas do sertão baiano, na fazenda fictícia de Água Negra, lugar não especificamente demarcado no espaço geográfico brasileiro, mas cuja realidade política conserva o *modus operandi* oligárquico da exploração da força de trabalho, da posse sobre a terra e do controle senhorial. Nele acompanhamos a história de vida de Bibiana, sua irmã Belonísia – unidas de forma intrínseca devido

a um acidente trágico – e sua família que lutam pela subsistência no espaço rural em meio a condições adversas de exploração e de servidão. Nesse ambiente interiorano da fazenda, as condições de vida e os costumes das personagens apontam para a coexistência de camadas históricas e temporais: em primeiro lugar, a situação de semiescravidão vivida pela família, que é obrigada a entregar os frutos do próprio trabalho ao dono da fazenda, lembra em diversos níveis a realidade dos latifúndios no Brasil Imperial. Por outro lado, há também a sobrevivência de uma cultura africana ancestral simbolizada pelos cultos religiosos dos moradores da região, assim como o conhecimento sobre o reino vegetal e animal do pai de Belonísia e Bibiana se aproxima de uma forma não colonial de relação do homem com o mundo, características que apontam para uma cultura da diáspora negra.

Nesse sentido, *Torto Arado* desestabiliza as noções tradicionais de sucessão do tempo e progresso histórico ao criar uma narrativa que se passa nos tempos atuais, mas que estabelece jogos com o nosso passado escravista, evidenciando a permanência de seus operadores de exploração e da sua violência intrínseca.

Torto arado, ao criar uma narrativa que dramatiza a permanência do passado no presente permite uma recepção de sua obra baseada no corte de imobilização do tempo. A recepção da narrativa possui a potencialidade de se transformar em um dispositivo de dinamite da história do progresso e das narrativas oficiais. Nisso a propriedade ficcional do romance, isto é, seu caráter de criação literária, potencializa seu efeito de revisitação da história, na medida em que o romance, ao organizar o tempo fora da lógica do dogma, permite com que a história seja visualizada não como ela realmente foi, mas como ela poderia ter sido e como ela se apresenta num momento fulgurante de perigo. A narrativa ficcional permite a articulação histórica do passado, ação no sentido em que Benjamin formula na sua tese de número VI: “articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do

passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo” (Benjamin, 2005, p. 65).

Ora, o Brasil nesta altura do ano de 2022 apresenta, de forma constante, uma série de perigos de ordem racial e social historicamente originadas para as camadas minoritárias de sua população. *Torto arado* desnaturaliza a violência e coloca-a ao nível da repetição histórica, resultado da marcha do progresso. Teóricos como Achille Mbembe (2018) e Paul Gilroy (2001) situam o estabelecimento do sistema das *plantations* e dos latifúndios e do empreendimento colonial europeu, ligados intrinsecamente ao escravismo, como um dos motores do capitalismo moderno. Tais realidades sócio-históricas foram desempenhadas e concatenadas pelos vencedores, assim como seus desdobramentos ao redor do mundo, como a posse de terras por uma minoria oligárquica, a posse e venda de outros seres humanos rebaixados a uma categoria infra-humana, a exploração desenfreada da força de trabalho, a predação da natureza. Não nos aprofundaremos, nesse espaço, na história da escravidão e de sua resistência no Brasil. Mas cabe ressaltar que o romance de Itamar Vieira Junior é protagonizado, por uma perspectiva interna, na primeira pessoa, pelos vencidos: descendentes de quilombolas, descendentes de seres humanos, homens e mulheres, que foram escravizados, uma parcela da população vítima da despossessão constante, mas que fazem justamente dessa despossessão uma forma de resistência, que reconstróem a memória e a cultura por meio dos vestígios e dos rastros. O romance, então, dramatiza esse processo e esses dois povos, os vencedores e os vencidos, nos evidenciando a realidade por meio da narrativa:

Àquela altura, a terra da Fazenda Caxangá, que havia rendido fartura de frutos por toda a sua vida, estava retalhada. Cada homem com desejo de poder havia avançado sobre um pedaço e os moradores antigos foram sendo expulsos. Outros trabalhadores que não tinham tanto tempo na terra estavam sendo dispensados. Os homens investidos de poderes, muitas vezes acompanhados de outros homens em bandos armados,

surgiam da noite para o dia com um documento de que ninguém sabia a origem. (Vieira Junior, 2019, p. 22)

Torto arado se realça ao nível do romance histórico e do romance engajado. Mas o engajamento social do autor foge das narrativas operárias para dar lugar a reflexões sobre a concentração da posse de terra no Brasil e sobre a exploração do trabalho rural que, no romance, se confunde com o trabalho escravo, questão que atravessa nossa história desde os tempos coloniais até os dias de hoje. O trecho anterior evidencia esse dado histórico (mas que possui relevância interna para a obra) e o processo de combate existente entre uma camada dominante e outra explorada. Emblemático desse processo é também a passagem em que Bibiana e Belonísia escutam uma conversa de duas moradoras da região de Água Negra durante uma festividade, sobre o confisco dos alimentos por parte dos patrões:

Eu e Belonísia ouvíamos a conversa das filhas de dona Carmeniuzza e dona Tonha. Elas falavam da visita dos patrões às roças da fazenda. Queriam saber se eles haviam chegado por aqui, se tinham levado as batatas do nosso quintal também. “Mas as batatas do nosso quintal não são deles”, alguém dizia, “eles plantam arroz e cana. Levam batatas, levam feijão e abóbora. Até folhas para chá levam. E se as batatas colhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores” — disse Santa, arregalando os olhos para mostrar sua revolta. “Que usura! Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana.” Poderiam muito bem comprar batata e feijão no armazém ou na feira da cidade. Nós é que não conseguíamos comprar nada, a não ser quando vendíamos a massa do buriti e o azeite de dendê, escapulindo dos limites da fazenda sem chamar a atenção. “Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo” — alguém disse, num sentimento de deboche e indignação. (Vieira Junior, 2018, p. 44).

Os trabalhadores rurais de Água negra são subjugados a um sistema de produção em analogia ao trabalho escravo. Cultivam e abastecem com alimentos a

economia local, mas o produto final de seu trabalho é confiscado a todo momento. Além disso, são impedidos de possuir a própria terra que lavram e plantam. A alienação, aqui, pode ser aplicada à suas realidades. A passagem em que Bibiana testemunha inviolabilidade do poder senhorial e a passividade de seu pai também é emblemática:

Na manhã seguinte, Sutério apareceu em nossa casa para dizer que meu pai precisava terminar o pequeno barramento que fazia no riacho. Que precisava organizar os trabalhadores para capinar e fazer a coivara, deixar a terra limpa, sempre, para quando a chuva chegasse. Entrou em nossa cozinha e perguntou onde havíamos colhido as batatas-doces. Meu pai respondeu que havíamos comprado na feira da cidade. Com que dinheiro, ele quis saber. Vendemos o resto de azeite de dendê que tínhamos fabricado, disse. Sutério pegou a maior parte da batata-doce com as duas mãos grandes que tinha e levou para a Rural que havia deixado em nossa porta. Pilhou também duas garrafas de dendê que guardávamos para fazer os peixes miúdos que pescávamos no rio. Lembrou a meu pai da terça parte que tinha que dar da produção do quintal. Mas as batatas não eram produção do quintal. (Vieira Junior, 2018, p. 85).

Após o episódio, Bibiana decide fugir com seu primo e companheiro, com quem passou a estabelecer um relacionamento escondido. O episódio de violência a seu pai, junto a outros acontecimentos de exploração e precariedade, cruza a vida de Bibiana, atormentada por sentimentos individuais e pela insegurança climática provocada pelo período prolongado de estiagem. Após vivenciar o choque de um momento de perigo, Bibiana e seu companheiro visualizam o momento de agora em relação ao passado e percebem que o que está em jogo é a sobrevivência de toda uma linhagem. Mas para proteger os mortos era necessário romper com o conformismo, desafiar a progressão repetitiva do futuro:

Não queria também viver o resto da vida ali, ter a vida de meus pais. Se algo acontecesse a eles, não teríamos direito à casa, nem mesmo à

terra onde plantavam sua roça. Não teríamos direito a nada, sairíamos da fazenda carregando nossos poucos pertences. Se não pudéssemos trabalhar, seríamos convidados a deixar Água Negra, terra onde toda uma geração de filhos de trabalhadores havia nascido. Aquele sistema de exploração já estava claro para mim. (Vieira Junior, 2018, p. 82).

Migram da fazenda de Água Negra como forma de desafiar o julgo dos opressores e distanciarem também da realidade legada a eles pela família. Bibiana e Sutério percebem o perigo que desafia tanto a sua geração quanto a de seus antepassados. Nesse ponto, são agentes de uma percepção benjaminiana do perigo, como formulado por Benjamin em sua tese VI:

O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la. Pois o Messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do Anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, 2005, p. 65).

Apesar da crítica ao conformismo realizada por Bibiana a seu pai diante da ação espoliadora do capataz, o pai das narradoras também é um agente de resistência à classe dominante. Trabalhador e ao mesmo tempo sacerdote, Zeca Chapéu Grande, o pai, é o personagem que representa tanto a força responsável pela manutenção material da terra, do trabalho e da sobrevivência, como um elo entre o passado, sendo um transmissor de experiência e da cultura, agente vivo da cultura de resistência prática mística. Além de dedicado camponês, é também um conselheiro e curandeiro, tanto do corpo físico quanto espiritual:

Os curadores serviam para restituir a saúde do corpo e do espírito dos doentes, era o que sabíamos desde o nascimento. O que mais chegava à nossa porta eram as moléstias do espírito dividido, gente esquecida de suas histórias, memórias, apartada do próprio eu, sem se distinguir de uma fera perdida na mata. (Vieira Junior, 2018, p. 39).

É importante, assim, destacar a figura de Zeca Chapéu Grande e de sua função na comunidade da fazenda da Água negra. O pai das narradoras desempenha um papel de guardião e guia espiritual. O personagem é o elo entre uma tradição ancestral, proveniente das mitologias e religiões de matriz africana e indígena. O Jarê, prática religiosa mantida e transmitida por Zeca caracteriza-se como uma linha mais heterodoxa e sincrética do candomblé. O culto reúne elementos religiosos das nações bantu e nagô – povos provenientes das regiões da Nigéria e do Benim – em amálgama com aspectos do catolicismo, da umbanda e do espiritismo kardecista. Sua data de surgimento não é precisa, dependendo, assim como a transmissão de seus dogmas, da história oral. Entretanto, de acordo Banaggia (2015), se consolida na região da Chapada Diamantina, interior da Bahia, em meados do século XIX, sendo fundada por escravizados e ex-escravizados. Zeca agrega consigo uma sabedoria provinda da experiência coletiva. É o portador e guardião da tradição dos oprimidos. O culto do Jarê, colocando em contato seus correligionários com o mundo espiritual, serve também como resistência prática à cultura do vencedor: os “encantados” e os orixás, entidades místicas, não só curam as doenças, como também aconselham àqueles que procuram ajuda; além disso, as festas dos encantados são momentos e exercício do ludismo e do humor, formas de resistência ao opressor, como também considera Benjamin em sua tese IV. Ademais, durante o culto dos Jarês, as hierarquias sociais são neutralizadas e seus integrantes vivenciam aquilo que Benjamin considera o verdadeiro estado de exceção: “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra” (Benjamin, 2005, p, 83). Durante o culto dos Jarês esse estado de exceção, em que não há distinções de classe, se torna a regra:

E não foi com espanto que vi naquela noite, antes de todos os outros encantados chegarem e se abrigarem no seu corpo, santa Bárbara girar, gritar e parar com sua espada apontada para o prefeito, a quem fez honras, como se cumprimentasse um monarca, mas também como se se dirigisse a um súdito, para lhe pedir, na frente da audiência, que cumprisse a promessa feita no passado — e que não me recordo de sabermos — de construir uma escola para os filhos dos trabalhadores. O prefeito olhou desconcertado, esboçando um sorriso sem graça, quando se viu diante do olhar das quarenta famílias que moravam em Água Negra. Quase compassivo, recordando das graças e temendo a má sorte que teria, dependendo do esforço empreendido para realizar a ordem dada pela encantada, aquiesceu. (Vieira Junior, 2005, p. 66).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, nesse texto, tornar as teses “Sobre o conceito de história” um material de leitura para a crítica literária. Evidenciamos, num primeiro momento, a crítica de Benjamin à concepção linear e progressiva da história, e a temporalidade reificada produto dessa forma tradicional de conceber a história. *Torto arado*, texto que flerta com o *modus operandi* do romance histórico, rasura qualquer forma de abordagem histórica positivista e evolucionista, ao cruzar passado e presente de uma forma dialética. Traz à tona, para o tempo de agora, as reflexões sobre as permanências dos efeitos da escravidão. A escravidão e seus produtos são encarados, por Itamar, como a catástrofe geradora de violências e ruínas ao longo da história. O escritor, então, evidencia a história e o tempo triunfal e os contrapõe, num procedimento interno e dialético de composição, com a forma de resistência dos vencidos – baseada tanto no trabalho material quanto na rememoração e na prática espiritual – dispostos a recolher os destroços das ruínas e erigir um novo mundo. *Torto arado*, portanto, permite uma leitura “a contrapelo” da história oficial.

REFERÊNCIAS

BANAGGIA, Gabriel. As forças do Jarê: religião de matriz africana da Chapada Diamantina. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2015.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michael. Walter Benjamin: Aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Muller. São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2005. Edição Kindle.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: Aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Muller. São Paulo: **Boitempo Editorial**, 2005. Edição Kindle.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. Torto arado. São Paulo: **Todavia**, 2019.

GILROY, Paul. O atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, **Centro de Estudos Afro-Asiáticos**, 2001.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: **n-1 edições**, 2018.

Benjamin, Walter, 1892-1940. Sobre o conceito de história. 2. **Benjamin**.

MURICY, Katia. Alegorias da dialética. Imagem e pensamento em Walter Benjamin. Rio de Janeiro: **Relume Dumará**, 1999.

Contribuições de autoria

Harion Custódio

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

<https://orcid.org/0009-0001-7733-4899> • harioncustodio@gmail.com

Contribuição: Conceituação, escrita - primeira redação, escrita - revisão e edição

Como citar este artigo

CUSTÓDIO, H. Tempo e história em Torto arado: uma leitura por meio das teses "Sobre o Conceito de História" de Walter Benjamin. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 43, 2024. DOI: 10.5902/1679849X70872. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/70872>.